

ENTRAVES DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

Data de aceite: 01/08/2024

Maria Carolina Damasceno

Pedagoga graduada pelas Faculdades Integradas Regionais de Avaré

RESUMO: O presente artigo, pretende levantar uma reflexão abrangente, a respeito da inclusão escolar da pessoa com deficiência. Utilizando de respaldo legal para resumir os processos vivenciados pelas pessoas com deficiência até chegar a inclusão hoje vigente no país. Ao longo do trabalho aborda a explanação de assuntos como dificuldades na estrutura física e pedagógica das unidades de ensino, necessidade de formação continuada dos profissionais da educação, bem como a mudança de uma visão estereotipada de menosprezo a capacidade evolutiva da pessoa com necessidades educativas especiais. Modalidades de ensino em que deve ser inserido o aluno com deficiência, necessárias adaptações na estrutura e currículo para a promoção de uma educação igualitária e participação de todos os alunos envolvidos no processo, respaldos legais e visão de pais e educadores que atendem o público a que se refere o trabalho.

PALAVRAS CHAVE: Inclusão Escolar. Dificuldades. Aluno com Deficiência.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar, é um tema usualmente abordado em todas as instituições educacionais do país, prevista em lei e mesmo tendo passado por vários processos e mudanças ao longo o tempo, ainda encontra barreiras significativas no seu cumprimento, em detrimento dos alunos com necessidades educativas especiais, que muitas vezes estão inseridos em unidades escolares e não recebem o atendimento adequado, que lhe é garantido por direito. O presente artigo pretende gerar reflexão sobre o tema inclusão e abrir espaço para construção de novas ideias que possam tornar a educação realmente igualitária.

RESPALDOS LEGAIS PARA INCLUSÃO

Para que fosse estabelecida e Lei da Inclusão no país, houve um processo histórico para apropriação deste conceito, A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 já mencionava ser

garantido pelo Estado o atendimento de pessoas com necessidades educativas especiais preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 1989 a Lei 7.853 que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social torna crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula em qualquer instituição ou nível de ensino, seja público ou privado, à pessoa por conta de sua deficiência.

Posteriormente no ano de 1990 com a promulgação da Lei 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, haveria mais uma lei de respaldo ao cumprimento da inclusão educacional, constando os mesmos quesitos previstos na Constituição.

A Declaração Mundial da educação para todos, também do ano 1990 tem como base a universalização da educação básica, a todas as crianças, jovens e adultos, assegurando a equidade na distribuição dos recursos com um padrão mínimo de qualidade.

Em 1994 houve a Declaração de Salamanca prevê que a educação e direito de todos indistintamente, não importando crença, raça, condição social, e quando trata de inclusão, não se refere tão somente à pessoas com deficiência, mas também alunos considerados típicos que encontrem dificuldades no processo educacional. Menciona então a isonomia de aprenderem juntas, assim cabe a escola e seus educadores buscar estratégias que visem romper as dificuldades e garantir a escolarização que é de direito.

Ainda em 1994 encontra-se um retrocesso ao condicionar alunos com deficiência a participarem de um processo chamado de “integração instrucional”, onde frequentam salas de aula comuns do ensino regular, tendo que assistir aos conteúdos propostos em sala sem nenhuma adaptação às suas necessidades.

Por último no presente artigo haverá explanação da lei que rege o sistema educacional vigente no país, Lei 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, que prescreve no seu artigo 59, que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos: Currículo, métodos, recursos e organização específicos às suas necessidades, bem como a terminalidade específica a aqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental por conta de suas deficiências. Prevê também adaptação ou aceleração do currículo para pessoas com superdotação concluírem de acordo com suas potencialidades.

Todos os documentos acima citados, têm ligação entre si. Regem o que hoje chamamos de Inclusão Escolar, um processo que foi modificando com o tempo, mas que ainda, mesmo com todas as discussões, respaldo legal, adaptações práticas e teóricas remete a um sistema falho. É interessante procurar entender quais as barreiras que distanciam a teoria e a prática, qual o papel das instituições e seus profissionais para modificar esta realidade, a participação da comunidade também é de extrema importância para o corpo escolar.

A inclusão sugere uma oportunidade ampla de aprendizagens, com relação a socialização, o professor aprende a conviver com seus alunos considerados “normais”,

juntamente com alunos com necessidades especiais, os alunos também passam a conhecer uma realidade diferente da maioria e aprendem a lidar com esta situação na prática. Toda esta mudança exige uma reorganização do espaço em âmbito geral, requer um trabalho de conscientização do professor diante do novo, o mesmo precisa preparar a turma para receber dignamente o aluno com deficiência, garantindo que este tenha condições iguais de acompanhar as aulas, material e espaço adaptado para efetiva participação, bem como acompanhamento especializado quando necessário.

O problema é que contradizendo todos os direitos inerentes à pessoa com deficiência, encontramos dentro da realidade escolar a inércia profissional de alguns professores, bem como, escolas despreparadas, que muitas vezes não tem nem o mínimo de adaptações necessárias em seu espaço físico para oferecer atendimento e acessibilidade ao público heterogêneo que hoje deve atender.

Para a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

“As pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, com interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

PÚBLICO ATENDIDO PELO SISTEMA INCLUSIVO

As barreiras não estão presentes apenas no âmbito educacional, infelizmente. Muitos estabelecimentos públicos não oferecem as mínimas condições em acessibilidade para qualquer tipo de deficiência, por isso a necessidade de se refletir sobre este modelo educacional, que com respaldo legal, apresenta condições para garantir ao deficiente uma educação de qualidade, mas deve-se ressaltar que a lei só é válida quando é de fato cumprida.

Segundo o Senso Escolar da Educação Básica 2016: 57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, incluídos em classes comuns. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%¹

É importante aqui salientar a diferença existente entre Deficiência Intelectual, Transtornos Globais do Desenvolvimento, e Altas Habilidades:

O que hoje denominamos como Deficiência Intelectual, é um conceito que passou por várias modificações históricas, onde as pessoas com deficiência sofriam com discriminação e abandono. Tal reação se devia ao fato de as pessoas atribuírem relação com crenças religiosas, chegando a cogitar a deficiência como castigo divino, assim se sentiam no direito de segregar e até mesmo exterminar nascituros com algum tipo de deficiência.

No antigo Egito, os médicos acreditavam que problemas mentais significavam a presença de maus espíritos, resultado de pecados cometidos em vidas anteriores e só poderia ser solucionado por intervenção dos deuses. Para Hebreus era sinal de impureza. Para os gregos que cultuavam um corpo belo e forte para batalhar em busca de novas

terras, pessoas com deficiência eram simplesmente descartáveis. Em Esparta era habitual jogar as crianças deficientes em abismos, ou deixá-las abandonadas em cavernas, enfim... São alguns exemplos das mudanças decorrentes para chegar até aqui.

No 11º Manual – Deficiência Intelectual: Definição, Classificação e Níveis de Suporte, publicado em 2010, incorporou-se a mudança de Retardo/ Deficiência Mental para Deficiência Intelectual¹

Deficiência intelectual é uma incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual (raciocínio, aprendizado, resolução de problemas) quanto no comportamento adaptativo (relação social, independência pessoal, autocuidado) que cobre uma gama de habilidades sociais e práticas do dia a dia. Esta deficiência se origina antes da idade de 18 anos. (SHOGREN et al, 2010, p. 6)

A Deficiência Intelectual também, é importante ressaltar, tem três níveis (leve, moderado e severo) e é uma das deficiências mais presentes no contexto escolar, e pode estar também associada a outras comorbidades, ao observar este número crescente de alunos com deficiência incluídos nas redes regulares de ensino, é preocupante saber que na formação docente não existe um embasamento que seja suficiente para que o professor se considere apto para cumprir as exigências, o que irá refletir em seu trabalho, partindo do princípio de que não se sente seguro para lecionar num grupo heterogêneo, que constitui-se muitas vezes de salas numerosas e ainda a presença de um ou mais alunos com deficiência, que terão um ritmo diferente de aprendizagem. O professor Washington (DC): AAIDD, 2010 precisa inicialmente, fazer uma sondagem diagnóstica, observar qual o nível de todos os alunos no início do trabalho, preparar material adaptado para as necessidades individuais, aplicar o conteúdo de forma que todos tenham condições de participar da aula, além disso, elaborar avaliações para atribuir conceito de nota e registrar nos documentos. Embora seja de direito, os professores nem sempre podem contar com a presença de outro profissional especializado acompanhando o aluno em algum tipo de deficiência, mas sabe-se que ainda está fora de realidade que todas as salas de uma unidade escolar conte com este respaldo, o que complica ainda mais o rendimento escolar.

Os transtornos Globais do desenvolvimento (TGD), tem como características: Quadro de alteração no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação, estereotípias motoras (movimentos repetitivos). Nesta relação inclui-se pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

Segundo uma reportagem da revista Crescer²:

“Um novo relatório do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CD), dos Estados Unidos, mostrou um aumento de 15% no número de crianças que fazem parte do transtorno do espectro Autista (TEA) em relação aos dois anos anteriores. Isso significa 1 caso para cada 59 crianças (estimativas de 2014, divulgadas agora) contra 1 em cada 68 (estimativas de 2012, divulgadas em 2016).”

¹ Disponível em SHALOCK, L. R. et al. Intellectual disability: definition, classification and systems of support.

² Disponível em http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia_biblio.pdf

Isto se deve também ao fato de haver uma mudança na nomenclatura; antes somente eram considerados autistas, pessoas com características clássicas, que tinham dificuldade de socialização e não estabeleciam comunicação oral, hoje dentro do Espectro, existem vários níveis, inclusive contando com pessoas que tenham condições de ter vida normal, constituir família, galgar espaço no mercado de trabalho.

Contando com crescimento da demanda é importante elencar as principais abordagens e métodos conhecidos e eficazes no trabalho com alunos com TEA, que são: O Currículo Funcional Natural, uma metodologia que tem por objetivo instruir a aluno para ter qualidade de vida através da autonomia em atividades cotidianas, higiene, conceito de identidade, autocuidado, relações sociais entre outros. E o Método TEACCH – Treatment and Education of Autistic and Communication Handicapped Children (um método americano) que em português significa Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação que resultou de um programa educacional e clínico criado a partir de uma pesquisa feita com o objetivo de observar profundamente crianças com o transtorno do Espectro Autista. O método é fundamentado pelo pressuposto da teoria comportamental e psicolinguística, desta forma usa como recursos, figuras e recursos visuais que são meios de comunicação ao longo do processo. Deste modo professor trabalha adequação de comportamentos usando reforço positivo a cada evolução.

As duas abordagens referem-se a trabalhos individualizados, e estes serão realizados após um longo período de adaptação onde o professor irá conhecer um pouco da realidade do aluno, procurar estabelecer uma relação sólida e confiável, observar suas características, dificuldades, para então iniciar o trabalho. No entanto, a formação docente inicial, também não oferece uma abordagem voltada para os transtornos; mais uma vez o professor encontra uma situação de desconforto mediante as dificuldades de oferecer um atendimento de qualidade, e precisa partir então para a busca pessoal de novos conhecimentos - através de cursos e especializações – para que tenha enfim melhores condições de exercer o seu trabalho. Resta saber se na presente situação há disponibilidade por parte do profissional de alçar voo em busca do conhecimento, ou se por conta de um comodismo, por vezes típico, transformará a sala de aula em um aglomerado de alunos (com deficiência ou não), que estão apenas integrados e não incluídos de fato.

No conceito de superdotação e altas habilidades, encontramos crianças com capacidade intelectual e curiosidade superior à média dentro de suas faixas etárias, em diversas áreas (intelectual, acadêmica, psicomotora, capacidade artística, de liderança e criatividade), o Censo escolar de 2016, apontou que quase 16.000 crianças com essas características estavam matriculadas nas redes pública e privada de ensino. Este é um número relevante, tendo em vista a possibilidade de um professor ter em sala de aula, muitas vezes uma classe numerosa, mais um aluno com uma capacidade superior a turma, o que vai exigir uma adequação do currículo, adaptando o conteúdo para responder às necessidades e aspirações deste aluno, sem deixar de lado os demais que representam maioria.

O que chama atenção com relação a responsabilidade docente diante de alunos com superdotação e altas habilidades, é que estes alunos precisam de uma estimulação adequada para as suas necessidades em detrimento de uma possibilidade de desinteresse e frustração, causado por uma tentativa de limitar a capacidade do aluno à a sua faixa etária, ou a realidade de sua sala de aula.

“a principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe” (Piaget, 1982, p.246).

As escolas deverão então atender este público dentro das instituições de ensino regulares, em salas de aulas comuns quando, de acordo com as especificidades dos mesmos for possível inserção, ou também no AEE (Atendimento Educacional Especializado), onde serão inseridos em salas de recursos multifuncionais, contando com a ajuda de profissionais especializados e material adaptado para suprir as necessidades educacionais dos educandos com deficiência, em consonância com o parecer nº 13/2009 do Conselho Nacional de Educação (CNE) .

Segundo o Portal da Educação do Ministério da Educação:³

“O parecer regulamenta o decreto nº 6.571/08, que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos sistemas públicos de ensino nos estados, Distrito Federal e municípios para ampliar a oferta do atendimento educacional especializado. Esse tipo de atendimento se refere a atividades complementares à escolarização dos alunos público da educação especial, nas classes regulares”.

De acordo com o parecer os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, devem ser matriculados nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado, que pode ser ofertado tanto em salas de recursos, como em instituições especializadas, públicas ou privadas sem fins lucrativos. Ambas receberão recursos do Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb), sendo contabilizada então, sua matrícula em dobro para que possa subsidiar as duas modalidades.

No cotidiano escolar, professores também encontram dificuldades de estabelecer diagnóstico pedagógico com relação a seus alunos, por contar com grupos heterogêneos com muitas crianças com dificuldades de aprendizagem, que por vezes não estão nem associadas a algum tipo de síndrome ou deficiência, mas a casos de falta de limites no âmbito familiar, o que vai refletir em um comportamento, muitas vezes arredoio, por parte das crianças, causando uma confusão no que diz respeito a visão do professor diante essa dificuldade. Neste sentido é importante destacar que existem fatores extraescolares que estão diretamente ligados a comportamentos apresentados por alunos dentro da escola, e

³ Disponível em http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia_biblio.pdf

os mesmos agem assim justamente para chamar atenção de algo que possa estar errado no contexto familiar, o que se julga muito importante. Através de investigações, reuniões com as famílias, visitas domiciliares é possível conhecer a realidade socioeconômica e cultural dos alunos, dando respaldo para que o professor tome novas conclusões a respeito de sua prática, e com uma visão diferenciada poderá oferecer um atendimento de maior qualidade, partindo deste princípio, se encontrar necessidade de encaminhamento social, psicológico ou médico, terá possibilidade de encaminhar um relatório mais detalhado e consiso, evitando que haja equívoco com relação ao diagnóstico e intervenção com este aluno, dado o fato de que outros profissionais tem muito pouco tempo de convívio para conhecer a sua realidade.

Existem casos de dificuldades de aprendizagem relacionados a diversos elementos, que podem tanto ter relação com o período pré-natal como na vida pós-natal, e estas podem ser correlacionadas a questões químicas, físicas, imunológicas, infecciosas, familiares, afetivas e socioeconômicas, como salienta um artigo do Portal da educação.

Os fatores genéticos são herdados por características familiares, como asma, depressão, insônia. Fatores neuroendócrinos, estão relacionados a uma disfunção no hipotálamo, que constitui uma função muito importante dentro do sistema nervoso central, e tem como função, controlar a temperatura corporal, regular processos de sede e fome, como também as emoções e sentimentos (fatores de extrema relevância para aprendizagem). Fatores ambientais, estão ligados a condições materiais (instalações domésticas, qualidade da alimentação), como também estilo vida, estrutura familiar, onde é importante ressaltar as relações afetivas, estímulos maternos, que influenciam diretamente nas interações cognitivas.

Agora, em casos onde os alunos apresentem comportamentos característicos de síndromes e/ou transtornos sabe-se que o professor não tem autonomia para nomear qualquer que seja a característica, mas deverá ficar mais atento aos comportamentos, contar com o respaldo da gestão escolar e então através de conversa com os responsáveis orientar que busquem profissionais capacitados para auxiliar nos procedimentos cabíveis. Muitas vezes as dificuldades podem estar associadas também déficits na visão, audição, e estes fatores não interferem no intelecto do aluno, mas se não detectados podem levar a atraso em termos de conteúdo, se comparado a alguém que não tenha as mesmas dificuldades.

O professor poderá fazer testes simples para se certificar que o aluno tenha dificuldade nestas áreas, um exemplo de intervenção a níveis de suspeita de dificuldade na visão, será apresentar letras menores para o aluno, quando não alfabetizado ainda, pode realizar o mesmo com figuras mostrando imagens grandes e ir decrescendo o tamanho, procurando saber até onde o aluno enxerga ou não, e ficar atento ao comportamento do mesmo em sala, se demonstra em sua expressão dificuldade de enxergar um conteúdo na lousa, ou figuras de uma história por exemplo, a partir da detecção desta dificuldade

o professor deve posicionar então o aluno no primeiro lugar da fileira, de modo que fique mais fácil sua visão e também acionar a família para um atendimento especializado com oftalmologista.

Agora as dificuldades na área da audição podem ser mais difíceis de detectar, visto que pode encontrar desde uma perda leve a perda profunda, e também pode ter causas genéticas, trazendo características de algum membro da família, ou também relação com inflamações, como a otite, que é comum em crianças no início da vida escolar por apresentarem uma imunidade inferior... O professor precisa observar se o aluno compreende o que está sendo falado, quando em voz baixa, procurar fazer ruídos mais discretos fora da visão do aluno e observar quais são as respostas do mesmo. E em casos onde detectar esta dificuldade, após retorno de um especialista que atenda este aluno procurar recursos e intervenções, pois existe a possibilidade da perda crescente da audição, chegando a perda total, o que caracteriza a necessidade de um interlocutor de LIBRAS em sala de aula, que ofereça totais condições deste aluno participar das aulas e realizar todas as atividades, lembrando que a deficiência auditiva ou surdez não causam nenhum dano ao intelecto do indivíduo e requer respeito para com o mesmo, assim como qualquer outra dificuldade.

Não se pode deixar de relatar também um problema que se torna crescentemente comum nas salas de aula, tendo uma causa multifatorial que é a presença da ansiedade, que se caracteriza por medo, desconforto de algo que é considerado desconhecido.

“Em crianças, o desenvolvimento emocional influi sobre as causas e a maneira como se manifestam os medos e as preocupações, sejam normais ou patológicas. Diferentemente dos adultos, crianças podem não reconhecer seus medos como exagerados ou irracionais, especialmente as menores” (ASBAHR, 2004).

Deste modo caberá ao professor detectar comportamentos como, descontrole emocional da criança ao ser deixada por um familiar na escola, caso o tempo para se acalmar demore mais que o esperado, é um fator a ser considerado, bem como os comportamentos ao longo do cotidiano, em situações de avaliação, ou até em atividades fora da sala de aula, se podem causar dores de cabeça, dores abdominais, por exemplo. Algumas crianças costumam manifestar ansiedade mordendo objetos, como lápis, um mecanismo inconsciente de autocontrole. Observando estes comportamentos é interessante marcar uma reunião familiar procurando investigar como esta criança é tratada neste ambiente, se houve algum processo de separação ou perda de um ente querido, se a criança e superprotegida, são fatores de grande relevância, pois as crianças superprotegidas tendem a sentir insegurança para realizar tarefas com autonomia, mesmo que elas tenham domínio, e este tipo de conduta familiar deve ser orientado com cautela evitando desencadear em maiores prejuízos sociais quando esta criança atingir a vida adulta.

Uma estratégia bastante interessante, que o professor pode adotar em seu trabalho na sala de aula, à medida que detectar alguma dificuldade de seu aluno, é contar com o auxílio daqueles que tem melhor rendimento, de forma que os mesmos possam subsidiar o

trabalho inclusivo, muitas vezes difícil de ser exercido de fato. Esta também é uma forma de ensinar valores, como respeito aos processos individuais, cooperação, e outros conceitos éticos, muitas vezes esquecidos, resgatando valores que já não fazem mais parte de um número relevante da sociedade. Em caso por exemplo, de alunos com dificuldade severa na área visual, contar com a ajuda de um colega em tempo integral, para se deslocar em sala de aula, ajudar na leitura de um texto, são pequenos gestos que podem fazer diferença em todo o contexto.

CONCEITO DE INCLUSÃO PARA EDUCADORES E PAIS

Em uma entrevista realizada para fins de conclusão de um artigo de abordagem educacional, ao indagar professores sobre inclusão, os mesmos responderam que a inclusão escolar só é possível quando realizada com alunos com necessidades educativas especiais de menor comprometimento, e suas justificativas partes do princípio de que os professores não estão preparados adequadamente para um atendimento de qualidade, assim como as escolas também não estão. Neste sentido é importante ressaltar que para estes professores o conceito e aprendizagem está diretamente ligados a saberes conceituais em letramento, matemática, apenas. Não considerando eficaz a promoção de condições de convívio social, promoção de independência nas atividades cotidianas como prática de higiene pessoal, por exemplo.

Em resposta a este modelo de pensamento Kruppa (2001, p.28) assegura que “a escola não acredita na capacidade de aprender de todo ser humano e se julga competente para apontar de forma arbitrária, preconceituosa e equivocada aqueles que ‘podem’ aprender”.

Ao entrevistar familiares, pôde encontrar como primeira dificuldade, como já destacado acima, a aceitação e compreensão de um diagnóstico, principalmente quando a deficiência está associada a quadros convulsivos, o que causa angústia e muito sofrimento dos genitores, por não conseguirem descobrir o real motivo deste quadro. Lembrando que elevado o risco da criança com estas crises, afetará em todo contexto familiar, exigindo que as vezes a mãe abra mão de seu emprego e passe a dar atenção integral a criança, este conflito pode tanto fortalecer os laços familiares, como ao contrário, devido ao fato de pai e mãe sofrerem separadamente diante desta grande dificuldade.

No aspecto de aprendizagem, por considerarem as excessivas dificuldades encontradas devido ao quadro patológico dos filhos, alguns familiares dão prioridade para que o atendimento educacional de seus filhos seja realizado em escolas especializadas, apontando como justificativa, salas de aula lotadas, profissionais despreparados para lidar com esta situação e muitas vezes o preconceito existente nos adultos, que é também inculcado em crianças. Segundo Kassar (1999) “para os pais, a escola tem seu valor para os deficientes múltiplos somente no sentido da interação com outros colegas em detrimento da aprendizagem sistemática”.

Associando as respostas, pais e educadores desta pesquisa, mesmo que se encontrem em posicionamentos diferentes com relação a criança com deficiência, tem pensamentos convergentes diante da dificuldade com a inclusão escolar, no que diz respeito a estrutura do ambiente, formação dos professores e alunos que dela fazem parte.

No que diz respeito da inclusão social, ambos acreditam no potencial da inclusão para o bem estar da pessoa com deficiência, tendo a acesso a todo e qualquer tipo de ambiente independente de ter uma deficiência ou deficiências múltiplas, chegam a concordar que esta é a única eficaz, por não acreditarem no sistema educacional inclusivo.

Estas conclusões a respeito da inclusão estão diretamente ligados a um estereótipo comumente utilizado quando tratamos de deficiência, o próprio termo já sugere uma dificuldade, que muitas vezes leva a crer na impossibilidade de evolução ou desenvolvimento, porém ao contrário, profissionais da educação precisam mudar este conceito à cerca das dificuldades, ao invés de potencializar características de um diagnóstico, precisam buscar incansavelmente estratégias para encontrar qual a potencialidade do público assistido. Assim como crianças consideradas típicas terão mais habilidade para um determinado conhecimento, não é diferente com uma criança com necessidades educativas especiais, mas só será possível ter acesso as potencialidades se o profissional da educação, se abrir para conhecer a fundo o universo especial, e então encantado com o novo, se surpreenderá a cada mínimo passo alcançado, sem subestimar o conhecimento, e experiência que o aluno trás com suas limitações.

Assim haverá uma mudança na estrutura e garantia de qualidade efetiva no atendimento.

CONCLUSÃO

A inclusão escolar, tem como objetivo garantir à pessoas com necessidades educativas especiais, os mesmos direitos de alunos considerados típicos, de ter direito a escolarização, participação plena das atividades realizadas no âmbito escolar, direito de gozar com naturalidade de todo o espaço e atividades oferecidas pelos dentro das unidades de ensino. Porém sabe-se que existe uma realidade aquém destas expectativas, que se fossem seguidas a risca poderiam se aproximar dos objetivos aqui citados.

Acredita-se na importância de reestruturar a ementa dos cursos de licenciatura, permitindo um respaldo maior aos profissionais da educação, para que tenham uma base mínima das principais características referentes as deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação e altas habilidades, lembrando que já existem aulas voltadas para a área de deficiência, mas tratam de forma superficial.

É importante ressaltar também a necessidade de atualizar todos os profissionais que permeiam as escolas, sejam elas especiais, ou da rede regular de ensino, a fim de lembrar a importância da evolução histórica que permitiu que o país chegasse a

desenvolver uma legislação favorável às pessoas com necessidades especiais, garantindo uma movimentação pessoal por parte dos mesmos, com intuito de atender este público com respeito a suas individualidades, sem desconsiderar a possibilidade de desenvolverem habilidades, como resultado de um trabalho de empatia e humanidade.

Para que haja uma promoção real desta inclusão, é necessário que o país atente as necessidades da realidade onde vive, sem procurar reproduzir modelos de outras realidades que diferem totalmente do país, em termos culturais e econômicos. É preciso abraçar este modelo e acreditar que existe a possibilidade de um trabalho benéfico e eficaz, para então construir uma sociedade que realmente respeite as diferenças e garanta oportunidades a todos. É importante ressaltar que as escolas, devem estar em parcerias com as famílias, procurando fazer um trabalho conjunto em benefício da pessoa com deficiência e buscar parcerias com o setor da saúde, com objetivo de dar um maior respaldo para o fechamento de um diagnóstico preciso, bem como o suporte psicológico para pais e educadores poderem lidar com as limitações inerentes a ele. Estas são alternativas para erradicar o conformismo diante de um sistema inclusivo que encontra muita dificuldade para a realização prática, mas com a ajuda de todos e muito trabalho pode ser modificado para melhor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DECRETO 6.949, de 25 de agosto de 2009. Convenção Internacional dos Direitos da pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso 14 de agosto de 2018.

SHALOCK, L. R. et al. Intellectual disability: definition, classification and systems of support. Washington (DC): AAIDD, 2010

DINI, Aline. 1 em cada 59 crianças está dentro do transtorno do espectro autista. Revista CRESCER São Paulo, 8, mai. 2018. Disponível em: http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia_biblio.pdf Acesso em 16 de agosto de 2018

PIAJET, Jean (1976). Psicologia e Pedagogia. Rio de Janeiro: Forense Universitária

BRASIL, Ministério da Educação. Decreto nº6.571/08, de 17 de setembro de 2008. Ministério homologa parecer que trata de aluno com deficiência. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34184-atendimento-educacional-especializado> Acesso em 12 de outubro de 2018

SCIELO, Brasil. SILVEIRA, Flavia Furtado; NEVES, MARISA M. B. da Justa. Inclusão Escolar de crianças com deficiência Multipla: concepção de pais e professores. Psic.: Teor. e Pesq. vol.22 no.1 Brasília Jan./Apr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000100010 Acesso em 16 de novembro 2018.


ENTREVISTA COM DRA. DORIS RUTHY LEWIS FONOAUDIÓLOGA E PROFESSORA DE SAÚDE AUDITIVA NA PUC DE SÃO PAULO. REVISADO EM 26 DE SETEMBRO DE 2018. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/entrevistas/2/surdez/> . Acesso em 16 de novembro de 2018.

Asbahr, F. (2004). Transtornos ansiosos na infância e adolescência: aspectos clínicos e neurobiológicos. *J. Pediatr.* (R J.). vol. 80 (2, supl).


Kruppa, S. M. P. (2001). As linguagens da cidadania. Em S. Silva, & M. Vizim (Orgs.), Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados (pp. 13-39). Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil-ALB.


Kassar, M. C. M. (1999). Deficiência múltipla e educação no Brasil-discurso e silêncio na história dos sujeitos. Campinas: Autores Associados

As ciências sociais aplicadas: questões sociais em foco 3

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

